

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO¹

BEHAVIOR ANALYSIS AND THE SOCIAL CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE

BERNARD GUERIN

UNIVERSITY OF WAIKATO – NOVA ZELÂNDIA

TRADUTORES:²HENRIQUE VALLE BELO RIBEIRO ANGELO³

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MÁRCIO BORGES MOREIRA⁴

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA E UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RICARDO CORRÊA MARTONE⁵

NÚCLEO PARADIGMA DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

RESUMO

Um fenômeno de interesse contemporâneo na psicologia social é a construção social do conhecimento – o conhecimento que surge na interação entre as pessoas em comunidades, ao invés daquele que surge em interações em um ambiente não social. Uma análise comportamental do conhecimento construído socialmente é apresentada, baseada nos tipos funcionais de comportamento verbal de Skinner (1957) e nas contingências sociais que os mantêm. Conhecimento construído socialmente ocorre na forma de intraverbais, tatos com falha na discriminação, ou quando existem poderosos controles sociais determinando o comportamento verbal em um grupo. A diferença entre comportamento governado por regras e governado por contingências mostra os limites do conhecimento construído socialmente, enquanto contingências sociais envolvidas na influência de uma minoria e em inovações mostram como mudanças podem ocorrer nas representações de uma comunidade.

Palavras-chave: representações sociais, análise do comportamento, psicologia social, comportamento verbal.

ABSTRACT

A phenomenon of contemporary interest in social psychology is the social construction of knowledge – knowledge arising out of the interactions of people in communities rather than from interaction with nonsocial environment. A behavior analysis of such social constructed knowledge is presented, based on Skinner's (1957) functional types of verbal behavior and the social contingencies that maintain them. Socially constructed knowledge occurs as intraverbals, as tacts with loose discrimination, and when there are powerful social controls determining the verbal behavior in a group. The distinction between rule-governed and contingency-governed behavior shows the limits of socially constructed knowledge, whereas the social contingencies involved in minority influence and innovation show how changes can occur in community representations.

Keywords: social representations, behavior analysis, social psychology, verbal behavior.

¹ A publicação do artigo em língua portuguesa foi autorizada por Bernard Guerin. Publicado originalmente em: Guerin, B. (1992). Behavior analysis and the social construction of knowledge. *American Psychologist*, 47, 1423-1432.

² Os tradutores agradecem à dra. Camila Muchon de Melo pela cuidadosa revisão e supervisão da tradução.

³ Graduando pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: rick.angelo@hotmail.

⁴ Mestre pelo Instituto de Educação Superior de Brasília e Universidade de Brasília. QMSW 05 Lt.2 Bl. D apto. 105, Ed. Montblanc, Sudoeste, Brasília/DF, 70680-500. E-mail: borgesmoreira@gmail.com. Tels.: (61) 8154-8063 / (61) 3253-9147.

⁵ Doutor pelo Núcleo Paradigma de Análise do Comportamento. E-mail: rcmartone@gmail.com

Analistas do comportamento têm feito análises experimentais e conceituais de muitos fenômenos tradicionalmente estudados pela psicologia social, incluindo processos como cooperação, competição, comparação social, comportamento de ajuda, crenças e processos de interdependência (Azrin & Lindsley, 1956; Emurian, Emurian, & Brady, 1985; Fraley, 1984; Hake, Vukelich, & Olvera, 1975; Olvera & Hake, 1976; Schmitt, 1987; Skinner, 1953; Spradlin, 1985; Vukelich & Hake, 1980). No entanto, esses trabalhos não têm tido muito impacto na psicologia social, apesar dos avanços que originalmente alcançaram. Uma razão para esse pequeno impacto reside no fato de que muitos fenômenos de interesse da psicologia social parecem ser negligenciados por analistas do comportamento. Psicólogos sociais argumentaram que, apesar de cooperação, competição e outros fenômenos serem importantes, é a maneira pela qual alguém *percebe*, ou pensa sobre esses processos sociais, que determina parte do comportamento. Com esse objetivo, existe uma extensa literatura em processos cognitivos mediando o comportamento social (e.g., Markus & Zajonc, 1985). Devido ao fato de que a análise do comportamento aparentemente negligencia esses mediadores, uma aproximação tem sido rejeitada pela maioria dos psicólogos sociais mais tradicionais.

Os fenômenos de interesse dos psicólogos sociais podem ser estudados pela análise do comportamento, mas temos de procurar material relevante na análise do comportamento verbal ao invés de na literatura citada. Para tal, analisarei um fenômeno de atual interesse na psicologia social: a construção social do conhecimento ou representações sociais (Augoustinos & Innes, 1990; Berger

& Luckmann, 1967; Farr & Moscovici, 1984; Gergen, 1985; Gergen & Davis, 1985; Gergen & Semin, 1990; Kitzing, 1987; Moscovici, 1988; Mugny, 1989).

Muitas abordagens têm sido utilizadas para descrever e pesquisar construções e representações sociais, mas todas têm o mesmo pressuposto básico: que muito do que conhecemos é aprendido por meio de processos sociais – ou seja, é construído socialmente. Isso significa que muito do que conhecemos sobre o mundo é construído socialmente e nos possibilita viver, como diz Moscovici (1987), em “mundos virtuais”. Por exemplo, grande parte do que sabemos sobre saúde e comportamentos saudáveis é aprendido por meio de conversas e da interação com outras pessoas, e não por meio de experiências próprias com a saúde e com a doença (Herzlich, 1973; Jodelet, 1984).

Meus objetivos neste artigo são, em primeiro lugar, delinear como a análise do comportamento pode lidar com construções sociais; em segundo, mostrar o que a análise do comportamento pode adicionar aos fundamentos da construção social; e, finalmente, mostrar como uma séria compreensão dada às construções sociais pode mudar a forma com que analistas do comportamento conduzem a análise experimental de comportamento social.

CONSTRUCIONISMO SOCIAL NA PSICOLOGIA

Várias formas de construcionismo social podem ser encontradas nas obras dos primeiros autores das ciências sociais, incluindo Durkheim (1974), Mead (1934; cf. Blackman, 1991) e Vygotsky (1934/1986). A partir desses estudos, emergiram duas abordagens

modernas: as de Kenneth J. Gergen (1985) e Serge Moscovici (1988). Embora muitos de seus pressupostos sejam os mesmos, Gergen elucidou a estrutura ampla do construcionismo social, e Moscovici tem contribuído mais com os processos sociais psicológicos. Por essa razão, eu os discutirei separadamente a seguir.

Gergen

Gergen (1985) apontou quatro pressupostos explícitos de construcionismo social, o qual é “preocupado em explicar os processos pelos quais pessoas descrevem, explicam ou de alguma forma lidam com o mundo (incluindo elas próprias) no qual vivem” (p. 266). O primeiro pressuposto é que nossas relações com o mundo nem sempre correspondem ao mundo real. Objetos e relações são inventados ou construídos, mas ainda assim influenciam nossos comportamentos e nossos pensamentos. Por exemplo, alguns psicólogos explicam a raiva em termos de substratos biológicos, mas a raiva é também “uma ação social historicamente contingenciada” (p. 267). Isto é, parte do que entendemos por raiva é construído socialmente, e não apenas biologicamente dado.

O segundo pressuposto é que os termos que usamos para explicar o mundo são também produtos sociais, que surgem de uma “tarefa ativa e cooperativa de pessoas que se relacionam” (Gergen, 1985, p. 267). O terceiro pressuposto é que a prevalência de uma construção ou compreensão social não é diretamente relacionada à sua validade empírica, mas, sim, “às vicissitudes dos processos sociais (*e.g.*, comunicação, negociação, conflito, retórica)” (p. 268). Ou seja, se o conhecimento é mantido ou não pode depender

tanto das trocas no ambiente social como no ambiente não social. O quarto pressuposto é que o conhecimento construído socialmente está relacionado a outras atividades sociais e não é separável do restante de nossa vida social.

Existem outros pressupostos que Gergen (1985) não explicitou. O primeiro deles é a assertiva de que “nós geralmente assumimos como conhecimento aquilo que é representado por proposições linguísticas” (p. 270). Nos termos de Ryle (1949), Gergen só lidou com o “*saber que*” (*knowing that*), e não com o “*saber como*” (*knowing how*). Por conhecimento ele estava se referindo ao que a análise do comportamento chamaria de *comportamento verbal*.

Outro pressuposto implícito é que “conhecimento não é algo que as pessoas possuem em algum lugar de suas cabeças, mas, sim, algo que as pessoas fazem juntas. A linguagem é um conjunto de atividades compartilhadas” (Gergen, 1985, p. 270). Novamente, Gergen assumiu que o conhecimento está ligado ao uso da linguagem e que essa é uma atividade social. Isso coincide com a posição de Durkheim (1898/1974), Mead (1934), Vygotsky (1934/1986), Wittgenstein (1953; veja Deitz & Arrington, 1984) e Skinner (1957). Gergen, entretanto, não deixou claro por que o uso da linguagem precisa ser necessariamente social, especialmente quando muitos psicólogos tratam a linguagem como um processo individual (Chomsky, 1975).

O pressuposto final de Gergen (1985) é que há uma descontinuidade entre processos psicológicos e processos de construção social, de tal forma que, ao invés de “considerar uma aproximação com as ciências naturais e a psicologia experimental, uma afinidade é rapi-

damente percebida dentro do que podem ser chamadas de disciplinas interpretativas, isto é, disciplinas preocupadas principalmente em abordar os sistemas humanos de significado” (p. 270; veja também Gergen, 1988). Não fica claro o quão rígida essa descontinuidade pode ser – isto é, se a psicologia poderia um dia prover as bases para esses sistemas humanos de significado.

Moscovici

Uma das explicações mais duradouras e completas sobre as formas sociais de conhecimento é a fornecida por Moscovici e seus colegas (Moscovici, 1961, 1988; Doise & Mugny, 1984; Farr & Moscovici, 1984). Moscovici lançou a ideia de *representações sociais* – estruturas de conhecimento que são construídas e compartilhadas por grupos de pessoas. Por exemplo, um grupo de pessoas em uma comunidade provavelmente tem formas semelhantes de explicar e interpretar saúde e doença (Herzlich, 1973); essa é uma representação social de saúde e doença. Representações sociais têm como função dar sentido ao desconhecido, colocar os “grandes enigmas da vida” em uma forma manejável e familiar (Moscovici, 1984, p. 941).

Representações sociais são conhecimentos socialmente construídos formados por meio do “dar e receber” da vida social (Moscovici, 1987, p. 518). Entretanto, elas vão além de atitudes e crenças individuais devido ao fato de não serem ocupações de uma única pessoa, mas de todo um grupo ou comunidade (Di Giacomo, 1980). Nenhuma pessoa sozinha poderia conhecer a representação social por completo. No entanto, diferentemente da noção de *representações coletivas* de Durkheim (1974), o conceito de Moscovici

não inclui o pressuposto de um grupo social coeso que compartilha tais representações sociais. Na sociedade moderna, por exemplo, representações sociais podem ser formadas a partir de processos sociais muito vagos, influenciados pela mídia, pelo contato entre subgrupos, ou por conflitos gerados devido à existência de diversos grupos na mesma sociedade (Moscovici, 1988).

De acordo com Moscovici, representações sociais já estão presentes quando crescemos e somos obrigados a adotá-las. Em geral, elas aparecem para nós como um conhecimento objetivo já existente. Elas mudam, entretanto, e Moscovici tem pesquisado como representações sociais podem ser modificadas pela influência de grupos minoritários (Moscovici, 1980) e por meio de outras formas de inovação (Moscovici, 1976a).

Assim como Gergen, Moscovici assumiu que grande parte de nossas vidas é baseada em representações sociais, escrevendo que “nisto se constitui o fato de que vivemos basicamente em ‘mundos virtuais’” (Moscovici, 1987, p. 517). Ele também reconheceu que representações sociais são mediadas por processos sociais: “Se nós desejássemos nos comunicar e criar representações sociais junto com outros homens, teríamos um sentimento de confiança” (Moscovici, 1987, p. 518). Isto é, processos sociais de interdependência são parte das trocas verbais e da criação das representações sociais. Um último ponto destacado por Moscovici é que, dentro de estruturas socialmente construídas, não se poderia falar no fracasso em agir racionalmente como sendo agir de forma irracional. Ele argumentou que outras formas de pensamento social existentes não são erradas, nem o que se chama usualmente de “irracional” (Mos-

covici & Hewstone, 1983). Como mostrarei adiante neste artigo, colocar limites dentro do escopo das representações sociais clarifica a distinção entre racional e irracional.

Algumas diferenças entre as visões de Gergen e Moscovici merecem destaque. Primeiro, Moscovici seguiu a tradição durkheimiana ao enfatizar que as representações sociais podem se tornar concretas ou objetivas e quase ganhar vida por si só em uma sociedade, enquanto Gergen pouco falou sobre isso. Representações sociais, para Moscovici,

lidam com os eventos da vida diária e com os intercâmbios físicos e simbólicos entre indivíduos de modo imediato e com os pés no chão.⁶ Como esses intercâmbios são repetidos e, eventualmente, transformam-se em rotinas, assumem um caráter objetivo como práticas e crenças institucionalizadas e, até mesmo, como movimentos coletivos. (Moscovici, 1988, p. 213)

Outra diferença entre as duas explicações sobre o conhecimento socialmente construído é que Moscovici viu as representações sociais como sendo mais do que o uso da linguagem (Moscovici, 1987, p. 527). Muitas vezes, ele comentou que representações sociais consistem em imagens tanto quanto em formas linguísticas (*e.g.*, Moscovici, 1985a). Também teriam suas bases materiais, ao invés de uma base interpretativa, como disse Gergen, e Moscovici ainda argumentou que as representações sociais podem estar tanto “lá fora” como “aqui dentro”⁷ (Moscovici, 1987). Por exemplo, dinheiro é uma representação social de valor e riqueza, mas tam-

bém existe como metal ou papel (Moscovici, 1987), e isso tudo é parte do que ele entendia como representação social.

UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO CONHECIMENTO SOCIAL

Ao propor como a análise do comportamento poderia lidar com os fenômenos destacados anteriormente, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre dois tipos de conhecimento (Hineline, 1983). Conhecimento pode significar, inicialmente, comportamento modelado diretamente pelo ambiente, o que corresponde ao conceito de *saber como* de Ryle (1949). Pode ser dito que um animal sabe como pressionar a barra da esquerda na presença de uma luz verde e a barra da direita na presença de uma luz vermelha. Não há indícios do animal reportando-se verbalmente a si mesmo ou a outros. O animal meramente se comporta de um jeito particular em um contexto particular de estímulos, e isso algumas vezes é referido como conhecer (Hineline, 1983).

Se existem contingências semelhantes presentes, então animais diferentes responderão da mesma forma. Entretanto, não é a isso que Gergen ou Moscovici se referem como conhecimento construído socialmente, porque são as contingências ambientais comuns, e não um grupo social, que controlam comportamentos semelhantes. Da mesma forma, todos nós viramos maçanetas de forma semelhante, no entanto, isso não é conhecimento construído socialmente, porque são as mesmas condições de estímulo e as mesmas consequências automáticas de portas abertas que controlam esses comportamentos semelhantes (ver Vaughan & Michael, 1982).

⁶ A expressão na língua inglesa era “*down to earth*”. (N.T.)

⁷ Do original “*out there*” e “*in here*”. (N.T.)

O segundo conceito de conhecimento, e o utilizado no construcionismo social, corresponde à categoria de *saber que* de Ryle (1949). Nesse sentido, conhecer significa que podemos nos comportar com o comportamento verbal apropriado. Conhecer qual a capital do Peru significa ser capaz de dizer “Lima” em um contexto apropriado tanto para você quanto para outros, por exemplo, depois de um questionamento apropriado (Skinner, 1974, capítulo 9).

Com essa distinção, analistas do comportamento podem especificar limites às realidades que podem ser socialmente construídas, algo que não foi mencionado nem por Gergen, nem por Moscovici. Realidades socialmente construídas só existem na medida em que existem contingências verbais. Quando contingências ambientais modelam diretamente comportamentos comuns, não estamos falando de construções sociais ou representações sociais. Isso significa que uma análise comportamental da construção social deve focar-se na manutenção do comportamento verbal para mostrar como o conhecimento construído socialmente funciona.

Fontes de controle no comportamento verbal

As fontes de controle e manutenção do comportamento verbal foram delineadas por Skinner (1957; Catania, 1972, fez uma proveitosa comparação com os psicolinguistas tradicionais). Embora a análise do comportamento verbal seja baseada nos mesmos princípios que a análise de outros comportamentos, o comportamento verbal tem algumas propriedades especiais que o fazem parecer diferente: “O comportamento que é efetivo apenas por meio da mediação de outras pessoas tem tantas propriedades dinâmicas e to-

pográficas distintas que um tratamento especial pode ser assim justificado, e, de fato, exigido” (Skinner, 1957, p. 2). Como discutirei mais adiante, essas propriedades distintas são a razão para que as construções sociais pareçam ser embasadas em uma nova disciplina – as “disciplinas interpretativas”, que Gergen (1985) sugeriu. Com relação ao comportamento verbal, entretanto, os princípios são os mesmos para qualquer tipo de conhecimento e uma nova disciplina não é requerida.

A principal fonte de controle do comportamento verbal pode ser encontrada na sua definição como “comportamento reforçado por meio da mediação de outras pessoas” (Skinner, 1957, p. 14). Isso significa que, para analistas do comportamento, o comportamento verbal é inerentemente um processo social, porque comportamentos verbais não podem ser efetivos e não podem manter sua efetividade sem outras pessoas (Lee, 1984; MacCorquodale, 1969). Gritar para uma parede de tijolos ou conversar com árvores não produz efeito sobre elas.

Há muitas formas de comportamento verbal pelas quais esse controle funciona. Assumo no presente artigo que construções sociais envolvem apenas as formas chamadas de *intraverbais*, *tatos* e *autoclíticos* (Oah & Dickinson, 1989; Skinner, 1957), embora somente as duas primeiras formas possam ser discutidas neste trabalho. Autoclíticos modificam o controle de outras formas de comportamento verbal (Catania, 1980).

Intraverbais são comportamentos verbais que estão sob controle discriminativo de outras palavras (Skinner, 1957, p. 71). Ou seja, a condição para sua ocorrência, efetividade e manutenção dessa efetividade é a presença de outras palavras (Chase, Johnson, & Sulzer-

-Azaroff, 1985; Vargas, 1986). Por exemplo, seguindo a sequência “Um, Dois, ...” a produção de uma unidade verbal “Feijão com arroz”⁸ não é controlada por ver ou ouvir algo no ambiente, mas, sim, controlada pela história de dizer “Feijão com arroz” depois de “Um, Dois, ...”. As únicas consequências na natureza que podem reforçar isso são aquelas que envolvem outras pessoas. Novamente, o comportamento verbal só é efetivo por meio de outras pessoas. Não é provável que essas consequências sejam óbvias, entretanto, em razão de serem intermitentes e mediadas por várias pessoas.

Parte do controle funcional de construções sociais virá do conhecimento do intraverbal. Os cognitivistas usualmente chamam isso de *associações* ou *redes associativas* e não especificam o controle ou as bases funcionais de tal conhecimento socialmente construído. Di Giacomo (1980), por exemplo, usou um método de associações livres para estudar as representações sociais a respeito de um movimento de protesto. Muitas das associações encontradas por ele eram intraverbais, puramente sob controle de outros comportamentos verbais e da história funcional de usar essas palavras. Alguns estudantes envolvidos no protesto sabiam sobre os eventos apenas de ouvir outras pessoas falando sobre eles; portanto, seus comportamentos verbais poderiam apenas estar sendo controlados por palavras e consequências sociais por repetir aquelas palavras em contextos apropriados. Isso ainda deixa aberta a questão sobre o que controla a produção das palavras que são estímulos discriminativos para intraverbais. É aí que aparecem os tatos.

Tatos são relatos sobre o ambiente, incluindo autorrelatos (Skinner, 1957, p. 81; Stafford, Sundberg, & Braam, 1988). Tatos são afirmações descritivas sobre nós mesmos ou sobre o ambiente e estão sob o controle de estímulos ambientais. Assim, formam boa parte da base do conhecimento verbal e incluem o relato científico de eventos tanto quanto descrições do senso comum (Moscovici, 1961; Moscovici & Hewstone, 1983). A mudança de tatos para intraverbais é crucial para a manutenção das representações sociais, isto é, quando o controle de estímulos passa do ambiente para outras palavras.

A análise comportamental do conhecimento socialmente construído está fortemente embasada nas fontes de controle presentes no tato, e é aí que surgem as mais interessantes e distintas propriedades (Skinner, 1957, capítulo 5). Tatos são controlados e mantidos por consequências sociais generalizadas (Skinner, 1953, 1957). Consequências generalizadas são aquelas que no passado conduziram a uma variedade de consequências funcionais que podem controlar o comportamento. Dinheiro, por exemplo, é considerado um reforçador generalizado porque leva a uma variedade de outros reforçadores.

Tatos são mantidos por consequências generalizadas, as quais são mediadas por outras pessoas. Isso significa que uma variedade de efeitos sociais generalizados, como aprovação, atenção, afeição e submissão, controlam e mantêm sua produção (Skinner, 1953). Desde a infância, nosso comportamento de descrever corretamente o ambiente foi gradualmente fortalecido por outras pessoas, desde nossa primeira palavra “gato” na presença de um gato, até dizer

⁸ A expressão original utilizada foi “One, Two, ...” “Buckle my shoe”. A expressão foi substituída para adequar-se à cultura brasileira. (N.T.)

“Está chovendo lá fora” quando vemos que começa a chover. Esses exemplos de tato não possuem nenhuma consequência funcional imediata, mas são intermitente e diferentemente fortalecidos por outras pessoas. Desse modo, passamos a fazer relatos do ambiente sem nenhuma consequência aparentemente mediada por outras pessoas. Esse controle é tão forte e intermitente que as pessoas muitas vezes farão relatos sobre o ambiente mesmo estando sozinhas.

Apesar de a comunidade verbal que mantém o uso de um idioma particular (como o inglês) ser muito ampla e o controle ser intermitente e difuso, mudanças no uso do idioma podem estar sob o controle de subcomunidades verbais menores. Tais subculturas podem modelar mudanças na forma como as pessoas falam e escrevem tanto quanto as palavras que usam. Tomadas em menor escala, a “comunidade verbal” de Skinner (1957) é equivalente aos “coletivos” de Durkheim (1914, 1974), aos “outros generalizados” de Mead (1934), à “comunidade linguística” ou à “comunidade de discurso” de Saussure (1913/1983) e aos “subgrupos” de representação social de Moscovici (1988). Como mencionado anteriormente, Moscovici argumentou que a natureza das comunidades verbais tem mudado na sociedade moderna, e que essas comunidades agora são mais difusas e impessoais e mediadas pela mídia de massa.

Uma propriedade interessante do tato vem da base social de suas consequências funcionais. Se o tato está sob controle de pequenos grupos que reforçam certos relatos verbais e punem outros, então as características desse grupo ou comunidade verbal (Skinner, 1957) podem começar a controlar o conhecimento relatado, mesmo que as

consequências funcionais sejam generalizadas. Skinner (1957) chamou esses comportamentos de “tatos distorcidos”. Isso significa que tatos controlados por pequenos grupos ou comunidades estarão sempre propensos ao viés. Em um caso extremo, uma unidade verbal pode parecer um tato, mas estar sob o controle das palavras da comunidade verbal, podendo assim ser mais apropriadamente chamada de intraverbal.

Devido ao fato de comunidades verbais poderem enviesar tatos, consequências sociais generalizadas são essenciais para a postura científica sobre o mundo (Skinner, 1957). O comportamento verbal científico não deveria ser motivado por consequências específicas, porque isso estaria enviesando os relatos. Relatos científicos deveriam ser mantidos mais por consequências generalizadas do que reforçados por relatar um “fato” particular ou punidos por relatar outro “fato” (Schnaitter, 1980).

Em resumo, existem duas bases essencialmente sociais do conhecimento construído socialmente e das representações sociais. A primeira é a produção do comportamento verbal por si só: o comportamento verbal só é efetivo por meio de outras pessoas e geralmente ocorre somente na presença de outras pessoas. Segundo, certos comportamentos verbais podem ser mantidos por pequenos grupos que funcionam como contextos discriminativos na produção de comportamentos verbais, mesmo inserido em uma grande comunidade verbal que mantém o uso da linguagem. Esses pontos provêm uma resposta à questão de por que o conhecimento socialmente construído, representações sociais, atribuições, atitudes e cognições sociais têm de ser sociais (Forgas, 1981; Moscovici, 1972).

A construção de “mundos virtuais”

Todo comportamento verbal, enquanto considerado como conhecimento (principalmente intraverbais e tatos), é conhecimento socialmente construído. Uma das propriedades do conhecimento socialmente construído, e especialmente na visão de Moscovici de representações sociais, é que o conhecimento social pode aparecer *como se* fosse descolado do mundo – como se existisse um mundo virtual (Moscovici, 1987). Em um caso extremo, todos os tipos de ficção podem ser mantidos por subcomunidades que reforçam o comportamento verbal. Esses casos são de interesse especial para os psicólogos sociais, e, portanto, discuto as condições de suas ocorrências nesta seção.

Reunindo todos os pontos apresentados até agora, a análise do comportamento poderia prever que o conhecimento socialmente construído pode se tornar descolado do ambiente de três formas: a) se o controle social do tato tornar-se estreitamente controlado por um grupo que não reforça necessariamente relatos precisos do ambiente; b) se intraverbais, no domínio do conhecimento, passarem a ser reforçados por um grupo como se fossem tatos passados, lembrados; e c) se as consequências funcionais generalizadas tornarem-se tão generalizadas que passem a manter o tatear de uma forma não discriminada.

Sobre o primeiro desses pontos, mencionei anteriormente que tatos geralmente são reforçados quando existem relatos corretos do ambiente. Nossa história de consequências funcionais é na maioria das vezes resultado do reforçamento de relatos corretos e punição dos incorretos. Mas a definição de relato “correto” pode ser controlada por um

grupo social. É possível relatar que existe um elefante rosa na sala, e um grupo particular (ou peculiar?) pode reforçar esse comportamento como se fosse correto. Como não há elefante rosa na sala controlando meu comportamento verbal, a unidade verbal não é, por definição, um tato. Outros grupos reforçam o relato da presença de fantasmas e espíritos, e isso pode ser mantido por meio de consequências sociais intrincadas (Guerin, 1992, no prelo⁹).

A segunda forma pela qual o conhecimento socialmente construído pode parecer descolado é por meio do reforço de intraverbais como se eles fossem tatos. Isto é, intraverbais são reforçados quando parecem ser relatos de estímulos que controlaram anteriormente o comportamento. Isso pode fortalecer nosso comportamento de dizer que reatores nucleares não são seguros, que o sistema mundial está a ponto de entrar em colapso ou que o vírus da síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids) foi criado em um projeto conspiratório secreto. Em cada um desses casos, a maioria de nós não apresenta nenhuma experiência direta com esses eventos, mesmo que eles sejam apresentados como se fossem tatos (“Você não sabe que reatores nucleares não são seguros?”). Ao contrário, lemos ou ouvimos de outras pessoas sobre eles e fomos reforçados por repeti-los em contextos verbais (sociais) particulares. Repetir esses comportamentos é controlado por ouvir os tópicos mencionados (o contexto de estímulos) e por consequências sociais que reforçam sua produção (porque

⁹ Nota do editor: A indicação “no prelo” foi mantida, respeitando o texto original. A referência atualizada do artigo é “Guerin, B. (1992). Behavior analysis and social psychology: A review of Lana’s Assumptions of Social Psychology. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 58, 589-604”.

pararíamos se o mesmo grupo punisse fazer esses comentários na menção do tópico). Então, apesar de serem intraverbais, eles são reforçados por serem apresentados como se fossem tatos.

A terceira forma pela qual o comportamento verbal pode aparecer descolado ocorre quando consequências sociais mantenedoras tornam-se extensamente intermitentes e generalizadas e, portanto, desvinculadas do controle ambiental direto (não social). Nesses casos, as consequências sociais funcionais não são discriminativas do conteúdo verbal, de tal forma que a comunidade reforça o comportamento verbal sem levar em consideração o que foi dito. Por exemplo, eu poderia estar sentado em um bar público dizendo à minha audiência desinteressada e intermitentemente atenciosa que o câncer é causado por tomar banho demais, e eles poderiam ocasionalmente concordar e balançar suas cabeças em sinal de aprovação, especialmente se o mesmo é feito quando eles vierem a falar a mesma coisa. Nesse caso, a audiência pode reforçar comportamentos verbais fictícios por meio de controle social fraco.

Cada um desses três pontos fornece uma base para a produção do comportamento puramente social. Apesar de a base ambiental de tal comportamento verbal poder ser contrafactual (elefante rosa na sala), as contingências envolvidas são reais, embora sociais. Isso nos ajuda a entender dois pontos levantados por Moscovici e Gergen. O primeiro ponto é que, se o conhecimento construído socialmente for contrafactual, ele não deve ser considerado irracional (cf. Beattie, 1970). O comportamento verbal geralmente é chamado racional se a consequência funcional for contingente a um tato mais verossímil

ao ambiente. Isso significa que, nos comportamentos chamados de irracionais, tanto por indivíduos como por comunidades (Moscovici, 1985b), as contingências sociais alternativas para relatos incorretos podem se tornar mais fortes do que o controle conjunto exercido pelos estímulos presentes e pela história passada para um tato mais preciso. As pessoas que produzem tais comportamentos verbais irracionais ainda estão agindo racionalmente em relação a contingências sociais não evidentes, embora pareçam estar agindo irracionalmente com respeito ao ambiente não social e ao controle habitual de estímulos.

O segundo ponto sobre a realidade do conhecimento socialmente construído se refere ao argumento de Moscovici (1988) de que representações sociais aparecem para nós como uma realidade objetiva. Isso pode ser clarificado por uma abordagem analítico-comportamental, porque o conhecimento aparecerá como uma realidade “objetiva” quando estiver sob o controle de fortes estímulos ambientais. Quando o ambiente obviamente determina nosso comportamento, dizemos que há uma realidade objetiva: não podemos andar através das paredes, e isso é parte de nossa realidade objetiva.

O conhecimento socialmente construído parece ser objetivo porque as consequências sociais (frequentemente chamadas de “subjetivas”) são tão fortes para a pessoa envolvida quanto contingências presentes em qualquer controle ambiental não social. Os efeitos de dizer a palavra errada no contexto errado podem ter uma influência tão poderosa para os comportamentos futuros da pessoa quanto ir de frente a uma parede. Para um observador, entretanto, as consequências sociais de dizer palavras erradas não são tão evidentes

(como se eles caminhassem pelas paredes), isso devido ao fato de envolverem uma história de interações sociais que são intermitentes e generalizadas. O fato de elas não serem evidentes também significa que causas individuais (“subjetivas” ou cognitivas) têm sido atribuídas por psicólogos sociais a realidades socialmente construídas porque sua base social não é tão evidente.

Nesse sentido, Moscovici estava correto ao dizer que representações sociais tornam-se objetivas quando são repetidas e rotineiras. Se todos em uma comunidade mantiverem a ficção de que Papai Noel é real, e se os comportamentos relacionados com essa ficção forem reforçados pela comunidade, então nós poderemos concluir que, em um sentido social, e somente nesse sentido, Papai Noel realmente existe em tal sistema. Existem consequências reais para os comportamentos relacionados com o Papai Noel, embora não existam consequências relacionadas a perceber o ambiente e reportá-lo de forma correta, porque os comportamentos relacionados com o Papai Noel não podem ser mantidos em uma situação não social.

O último comentário a se fazer sobre a manutenção social de um conhecimento fictício é que analistas do comportamento só têm considerado tal controle nos casos negativos de comportamentos verbais mal-adaptados e em seu tratamento (Glenn, 1983; Lowe & Chadwick, 1990; Mace & Lalli, 1991; Parsons, 1989; Zettle & Hayes, 1986). Mas a manutenção de funções sociais importantes por meio do controle verbal pode apresentar aspectos positivos ou negativos. Para os poderosos benefícios das relações sociais e da cooperação comunitária, os relatos fidedignos e a verdade objetiva são geral-

mente sacrificados em muitas comunidades (Guerin, 1992, no prelo).

O quanto vivemos em mundos virtuais?

Uma das questões com as quais Moscovici se confrontou diz respeito às condições sobre as quais o conhecimento socialmente construído se desenvolve. Ele escreveu que o conhecimento socialmente construído se desenvolve para “os grandes enigmas da vida” (Moscovici, 1984, p. 941) e que é utilizado para tornar familiar aquilo que não é familiar (Moscovici, 1981). Isso sugere que os grandes enigmas da vida são eventos com cujas contingências as pessoas têm pouco contato – quando elas não *sabem como*. Tais eventos não familiares podem tornar-se familiares se tivermos formas de falar sobre eles, mesmo se eles forem somente intraverbais que se assemelhem a tatos.

Os fenômenos que têm sido estudados com o nome de representações sociais embasam isso. São eventos com os quais as pessoas têm pouco contato direto, que não podem ser experienciados porque existem somente como comportamentos verbais abstratos: emoção, gênero, *self*, pessoalidade, saúde e doença (*e.g.*, Farr & Moscovici, 1984). Por exemplo, apesar de a maioria das pessoas terem experienciado uma doença e poderem descrever os sintomas, elas não tiveram contato com as contingências que removeram ou causaram a doença, então não podem tatear as causas da doença. Qualquer atribuição sobre as causas da saúde e da doença (talvez disfarçadas de tatos) serão construções sociais e, portanto, contam com o suporte da comunidade. Para um relato mais preciso sobre as causas da doença e da saúde, é necessário ter experienciado tanto a causa quanto a re-

moção da doença, o que é feito por pesquisadores em medicina (Bernard, 1865/1957; também em Thompson, 1984).

A questão mais geral sobre a prevalência do conhecimento socialmente construído é o quanto do que nós fazemos é comportamento verbal determinado por contingências sociais e o quanto é determinado por contingências presentes em um ambiente não social. Como mencionei anteriormente, Moscovici (1990) sugeriu que a prevalência e a formação de representações sociais têm mudado na sociedade ocidental. Isso pode ser comparado à preocupação de Skinner (1987) de que, apesar de cada vez mais estar sendo feito pelas pessoas em sociedade, e apesar de nós aparentemente aprendermos mais na escola e passarmos mais tempo estudando, cada vez menos isso envolve comportamentos físicos.

Apesar de Skinner (1987) não ter usado esses termos, ele notou que nós aprendemos mais comportamento verbal, ou *saber que*. O grande número de horas que passamos na escola parece ter sido preenchido com a aprendizagem de intraverbais. Aprender a agir sobre o ambiente, ao invés de aprender a falar sobre como agir no ambiente, parece cada vez menos frequente. Se isso for verdade, a frequência de representações sociais deve estar aumentando, mesmo que a extensa literatura científica nos diga que um maior contato com o ambiente e seus efeitos está sendo feito. De fato, grande parte de nossas vidas é, atualmente, gasta escrevendo e conversando sobre o mundo e seus efeitos, e isso é mantido mais pelos efeitos sobre as pessoas do que pelo controle de estímulos do ambiente não social que está sendo descrito.

Caso seja verdade, a análise de comportamentos sociais modernos está de acordo

com os argumentos de Moscovici de que o controle das representações sociais na sociedade moderna tem mudado, não sendo mais originado em pequenas comunidades, como discutido por Durkheim (1898/1974). Em termos analítico-comportamentais, as fontes de controle têm mudado de pequenas comunidades coesas para um controle mais generalizado e extremamente difundido. O problema com a mídia informativa moderna, como a televisão, é que ela pode auxiliar na construção de representações sociais contrafactuais mesmo na ausência do grupo social, isso porque as consequências de repetir algo, ouvir ou ler dessa forma são extremamente difusas e intermitentes (cf. Mander, 1980). Isso significa que existe grande potencial para que o conhecimento contrafactual seja mantido na sociedade moderna devido ao fato de o comportamento estar se tornando cada vez mais verbal, e porque o controle do comportamento verbal está se tornando mais facilmente descolado do controle do ambiente não social, e porque a mídia de massa pode manter comportamentos verbais contrafactuais que anteriormente só seriam controlados pela comunidade.

Isso é parte de um cenário maior apresentado por Sampson (1989), que argumentou (colocado aqui em termos analítico-comportamentais) que, a partir do controle de consequências sociais presentes em pequenos grupos coesos (pré-modernidade), a sociedade adotou formas de consequências sociais liberais e individualistas (modernidade), e que a sociedade está se movendo agora para uma nova forma (pós-modernidade), na qual consequências sociais estão globalmente ligadas, o que significa que elas serão cada vez mais verbais ou mediadas verbalmente.

A análise de Sampson também sugere que o conhecimento socialmente construído pode se tornar mais frequente no futuro. Existe o potencial para se reforçarem comunidades verbais que existam apenas por meio da mídia, e não em carne e osso.

O QUE HÁ DE NOVO EM UMA ABORDAGEM ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL?

A questão que deve ser respondida é: o que se ganha ao se colocarem os principais pontos do conhecimento socialmente construído e das representações sociais em termos analítico-comportamentais? Tal exercício só tem utilidade se há ganhos em termos conceituais, empíricos e metodológicos.

Diretrizes para a psicologia social do conhecimento

Um dos ganhos é que a psicologia social do conhecimento ganhou novas formas de pensar e fazer experimentos com fenômenos sociais. Como pode ser visto a partir da história, a psicologia social frequentemente tem adotado novas estruturas e terminologias. A teoria de cognição social, muito difundida atualmente, está começando a ser criticada pela psicologia social, e especialmente por psicólogos sociais interessados no conhecimento socialmente construído (Gergen, 1989; Gergen & Semin, 1990). Se os psicólogos sociais perceberem que a análise do comportamento tem sido mal interpretada e que pode lidar de maneira útil com tais fenômenos, uma estrutura teórica ampla para a colocação de novas questões sobre os fenômenos sociais e novas metodologias promissoras para responder a essas novas questões se tornarão disponíveis (Sidman, 1960).

Como frisado em outros trabalhos (Gue- rin, 1991), o papel das consequências sociais na manutenção das contingências comportamentais tem sido negligenciado pela psicologia social tradicional. Psicólogos sociais têm trabalhado primeiramente em cenários nos quais o comportamento é mantido por consequências sociais generalizadas – consequências que não são evidentes e parecem ser desnecessárias em um relato científico. Por lidar com tais cenários, psicólogos sociais têm sido capazes de descrever a condição de estímulos e então prever o comportamento por si só, mas somente porque as consequências eram generalizadas (por exemplo: a aprovação generalizada da comunidade por realizar determinado comportamento). Qualquer consequência mais específica que estiver presente deve ser tratada como fator especial de relevância hedônica. O papel das consequências se torna explícito na análise do comportamento e isso auxilia quando se consideram forma de intervenção e mudança do comportamento social. Sem consequências generalizadas mantendo conformidade social, a maioria das previsões da psicologia social falharia.

Outra vantagem específica da análise do comportamento é que a definição do comportamento verbal (Skinner, 1957) inclui muitos comportamentos, além de falar e escrever, os quais Moscovici (1985a) também argumentou fazerem parte das representações sociais. Esses incluem os gestos, a arte, a música, o falar para si mesmo e a imaginação – qualquer comportamento que possa ser mediado por outras pessoas. Os tradicionais comportamentos “não verbais” da psicologia social, por exemplo, são realmente comportamentos verbais porque não poderiam ser

mantidos sem consequências sociais (cf. McNeill, 1985). Uma piscadela, por exemplo, não tem um efeito sobre o mundo exceto por meio da mediação de outras pessoas.

Com uma análise comportamental da construção social do conhecimento, novas disciplinas interpretativas (Gergen, 1985, 1988) não são necessárias. Os princípios usados neste artigo estão embasados na ciência natural e, portanto, não há necessidade de uma distinção artificial entre natureza e sociedade humana (também discutida por Moscovici, 1976b). Como delineado anteriormente, o conhecimento socialmente construído precisa de uma nova base, porque as consequências que mantêm o comportamento verbal não são tão evidentes, e porque o conhecimento algumas vezes parece ser um tato quando na verdade não é, assim como se pensa que novas realidades (universos de textos ou discursos) parecem ser necessárias. De fato, muito do que nós pensamos ser único nas ciências sociais surgiu porque os fenômenos de interesse apoiam-se no controle do comportamento verbal, e assim parecem ser diferentes das fontes de controle encontradas nas ciências biológicas (Blackman, 1991). Devido às consequências sociais generalizadas não evidentes que mantêm a maior parte dos comportamentos verbais e ao duplo papel do comportamento social como contexto discriminativo e consequência (Guerin, 1992, no prelo), fenômenos das ciências sociais parecem ser inacessíveis para as ciências naturais.

Uma última vantagem da análise do comportamento é que tal abordagem fornece condições que delimitam o conhecimento socialmente construído, ponto esse não discutido pelos psicólogos sociais. O co-

nhecimento socialmente construído será restringido, em primeiro lugar, pela amplitude da manutenção do comportamento exercida pelo controle de estímulos não sociais. Eu não diria que um elefante rosa está no quarto se meu comportamento verbal tivesse sido modelado sob controle de estímulos preciso (por consequências sociais generalizadas do tato). A proposta das afirmações científicas é manter forte controle de estímulos, de modo que eu diga o que é medido, e não o que minha audiência quer ouvir.

O segundo limite ao conhecimento socialmente construído está na amplitude que comportamentos podem ser mantidos por uma comunidade verbal. Embora eu tenha enfatizado que é possível que haja pessoas que verbalizem declarações obviamente fictícias e que vivam em mundos virtuais, tais fatos necessitam de forte controle social exercido por um grupo (Asch, 1956). Essa forte pressão controladora geralmente produzirá contracontrole quando especificar contingências contrafactuais (Skinner, 1953), a menos que seja mantida por um pequeno grupo coeso (Guerin, 1992). Essa última estratégia, por sua vez, provavelmente só funcionará quando existirem fortes benefícios em pertencer a tal grupo que supervalorize o tato acurado e reforce em conformidade com a comunidade verbal.

DIRETRIZES PARA ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO SOCIAL

Os pontos levantados neste artigo têm implicações para como a análise experimental do comportamento social deveria ser conduzida. O ponto mais importante é que a pesquisa em análise do comportamento tem

sido predominantemente sobre contingências ambientais diretas não mediadas por outras pessoas, ao invés de ser sobre as propriedades especiais do comportamento verbal. Isso significa que precisamos saber mais sobre como o controle social é colocado em prática por intermédio de comunidades verbais, porque não podemos olhar para os efeitos do ambiente para mostrar as variáveis controladoras.

Particularmente, a presente análise mostra que o controle verbal do comportamento social é muito amplo. Mais do que outra pessoa ganhar ou perder pontos (*e.g.*, Hake, Olvera, & Bell, 1975), o controle social frequentemente envolve tatear eventos imaginários e muitas formas sutis de controle. Formas primárias de controle social não verbal estudadas em pesquisas anteriores, por exemplo, sobre cooperação e competição (Hake & Olvera, 1978), são importantes, mas as formas verbais não receberam a notoriedade que provavelmente merecem. Os numerosos estudos sobre representações sociais realizados por psicólogos sociais (Farr & Moscovici, 1984) indicam que há fenômenos sociais importantes ainda a serem abordados pela análise do comportamento; o presente artigo fornece uma forma inicial de capturar esses fenômenos em termos analítico-comportamentais.

Uma área da análise do comportamento que aborda parcialmente essas questões é aquela que examina as diferenças entre comportamento governado por contingências e governado por regras (ou verbalmente governado, L. J. Hayes & Chase, 1991; S. C. Hayes, 1989; Vargas, 1988). Por exemplo, uma pessoa pode evitar tocar em um fogão quente por já ter se queimado anteriormente ou por alguém ter especificado verbalmente as

contingências envolvidas: “Se você tocar no fogão, vai se queimar”. As consequências envolvidas nesses dois eventos são muito diferentes. Em particular, no caso da consequência mantenedora da segunda possibilidade, um evento verbalmente controlado será mediado por outra pessoa, porque tocar no fogão ou não dependerá da minha confiança naquela pessoa (isto é, por consequências anteriores de seguir suas instruções).

Tal pesquisa tem se concentrado em situações nas quais o comportamento verbal está controlando o comportamento não verbal. O caminho apropriado que os pesquisadores dos fenômenos que envolvem representações sociais precisam seguir consiste em duas mudanças. Em primeiro lugar, enfatizar o controle *social* envolvido no comportamento governado verbalmente (ou “*pliance*”, como foi chamado por S. C. Hayes, Zettle, & Rosenfarb, 1989), algo que não tem sido feito. Na maioria dos estudos, o experimentador (ou o computador) fornece as instruções verbais a serem seguidas, de forma que as variáveis de controle social não são sistematicamente manipuladas (ver Torgrud & Holborn, 1990, p. 290). Em segundo lugar, pesquisadores têm examinado como o comportamento verbal pode controlar o comportamento não verbal. Para o estudo dos fenômenos de representações sociais, precisamos estudar como o *comportamento verbal* pode ser socialmente controlado pelo comportamento verbal de outra pessoa. Um ponto a ser levantado com relação ao conhecimento social é que um grupo social pode levar alguém a dizer coisas que não diria se tivesse crescido em outra comunidade. Assim, o controle verbal do comportamento verbal é importante para o fenômeno discutido neste artigo.

Uma área de pesquisa que precisa ser enfatizada é a mudança de representações sociais, área que já possui algumas bases empíricas (Moscovici, 1976a, 1980, 1988). Pela presente análise do comportamento social, isso poderia ocorrer de três formas: alterando intraverbais, alterando a mediação social da consequência ou mudando as características de um grupo social. Todas precisam que as contingências sociais da comunidade sejam modificadas, o que será difícil, porque tais contingências não são óbvias, são generalizadas e intermitentes. Intervenções comunitárias em análise do comportamento têm sido feitas predominantemente, provendo consequências específicas para comportamentos específicos (e.g., *Society for the experimental analysis of behavior*, 1987).

Os trabalhos de Moscovici e seus colegas têm detalhado algumas das formas em que subgrupos de minorias podem influenciar as representações sociais de uma maioria e como inovações podem gradualmente transformar as representações da comunidade (Moscovici, 1980; Moscovici, Mugny, & Van Avermaet, 1985; Mugny, 1982). Os fenômenos de mudança que eles descrevem e suas condições para esses fenômenos serão úteis para analistas do comportamento que pesquisem essa área.

Entretanto, o trabalho da psicologia social não demonstra explicitamente o papel das consequências sociais quando há mudança nas representações sociais. Por exemplo, as condições pelas quais uma minoria pode influenciar uma maioria dependem tanto do estabelecimento de uma pequena comunidade verbal (uma minoria consistente) que reforce a nova representação como do uso por parte de uma minoria de argumentos persuasivos para convencer a maio-

ria da verdade sobre a nova representação (Moscovici, 1980; Nemeth, 1986). Essas mudanças sutis nas consequências sociais formam um “estilo comportamental” (Moscovici, 1976a) que facilita a influência pela minoria (Mugny, 1982).

Em termos analítico-comportamentais, a primeira maneira de se alterarem representações sociais baseia-se no deslocamento de consequências sociais generalizadas do tato para consequências mais específicas que reforcem tatos distorcidos e intraverbais. A consistência da minoria e os outros fatores de controle são métodos para fortalecer a mudança em consequências sociais. Evidências indicam que duas pessoas que são consistentes, em seus reforçamentos generalizados, podem controlar o comportamento verbal de muitas outras (Mugny, 1982).

A segunda forma de mudança social, argumentos persuasivos, baseia-se no uso do comportamento verbal para especificar contingências precisas no mundo. Essa estratégia funcionará até o ponto em que ouvintes puderem entrar em contato com as contingências especificadas nos argumentos e então passarem a ser reforçados por contingências não sociais. Os analistas do comportamento têm chamado isso de *tracking* (S. C. Hayes *et al.*, 1989). Controle social ainda é requerido, entretanto, para que as pessoas prestem atenção a argumentos persuasivos, de forma que entra em jogo uma variedade de conflitos interessantes nas consequências sociais quando se tenta uma mudança social.

Uma última mudança de direção para a análise experimental do comportamento ao lidar com fenômenos como conhecimento social e representações sociais é que os analistas do comportamento podem dizer mais

sobre as formas nas quais eventos sociais comportamentais formam os eventos de uma sociedade. Embora Skinner (1948, 1971) não tenha sido tímido para especular sobre processos sociais, poucos outros seguiram sua liderança (para bons exemplos recentes, ver Glenn, 1989, e Malagodi & Jackson, 1989). Capturar os fenômenos de representações sociais na análise do comportamento permite novas formas de analisar mudanças sociais. Dois exemplos disso que mencionei neste artigo são: como as contingências na sociedade moderna devem estar mudando com o advento dos sistemas de mídia de massa; e como os métodos de mudar as representações de uma comunidade por meio da influência de uma minoria, ou inovação, podem ser estudados de forma melhor quando as consequências sociais são explicitamente examinadas. Isso significa que muitas sutilezas podem ser adicionadas às especulações pioneiras de Skinner e que o estudo da sociedade pode ser posto no campo das ciências naturais, mantendo-se, ainda, suas propriedades únicas.

REFERÊNCIAS

- Asch, S. E. (1956). Studies of independence and submission to group pressure: A minority of one against a unanimous majority. *Psychological Monographs*, 70, 416-688.
- Augoustinos, M., & Innes, J. M. (1990). Towards an integration of social representations and social schema theory. *British Journal of Social Psychology*, 29, 213-231.
- Azrin, N. H., & Lindsley, O. R. (1956). The reinforcement of cooperation between children. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 52, 100-102.
- Beattie, J. H. M. (1970). On understanding ritual. In B. R. Wilson (Ed.). *Rationality* (pp. 240-268). Oxford, England: Basil Blackwell.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality*. Harmondsworth, England: Penguin.
- Bernard, C. (1957). *An introduction to the study of experimental medicine*. New York: Dover. (Obra original publicada em 1865).
- Blackman, D. E. (1991). B. F. Skinner and G. H. Mead: On biological science and social science. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 55, 251-265.
- Catania, A. C. (1972). Chomsky's formal analysis of natural language: A behavioral translation. *Behaviorism*, 1, 1-15.
- Catania, A. C. (1980). Autoclitic processes and the structure of behavior. *Behaviorism*, 8, 175-186.
- Chase, P. N., Johnson, K. R., & Sulzer-Azaroff, B. (1985). Verbal relations within instruction: Are there subclasses of the intraverbal? *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 43, 301-313.
- Chomsky, N. (1975). *Reflections on language*. Glasgow, Scotland: Fontana.
- Deitz, S. M., & Arrington, R. L. (1984). Wittgenstein's language-games and the call to cognition. *Behaviorism*, 12, 1-14.
- Di Giacomo, J. P. (1980). Intergroup alliances and rejections within a protest movement (analysis of the social representations). *European Journal of Social Psychology*, 10, 329-344.
- Doise, W., & Mugny, G. (1984). *The social development of intellect*. Oxford, England: Pergamon Press.
- Durkheim, E. (1914). *The elementary forms of religious life*. London: Allen & Unwin.
- Durkheim, E. (1974). *Sociology and philosophy*. New York: Free Press. (Obra original publicada em 1898).
- Emurian, H. H., Emurian, C. S., & Brady, J. V. (1985). Positive and negative reinforcement effects on behavior in a three-person microsociey. *Jour-*

- nal of the Experimental Analysis of Behavior*, 44, 157-174.
- Farr, R. M., & Moscovici, S. (Eds.). (1984). *Social representations*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Forgas, J. P. (1981). What is social about social cognition? In J. P. Forgas (Ed.). *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 1-26). San Diego, CA: Academic Press.
- Fraley, L. E. (1984). Belief, its inconsistency, and the implications for the teaching faculty. *The Behavior Analyst*, 7, 17-28.
- Gergen, K. J. (1985). The social obstructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. J. (1988). If persons are texts. In S. B. Messer, L. A. Sass, & R. L. Woolfolk (Eds.). *Hermeneutics and psychological theory* (pp. 28-51). New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Gergen, K. J. (1989). Social psychology and the wrong revolution. *European Journal of Social Psychology*, 19, 463-484.
- Gergen, K. J., & Davis, K. E. (Eds.). (1985). *The social construction of the person*. New York: Springer-Verlag.
- Gergen, K. J., & Semin, G. R. (1990). Everyday understanding in science and daily life. In G. R. Semin, & K. J. Gergen (Eds.). *Everyday understanding* (pp. 1-18). London: Sage.
- Glenn, S. S. (1983). Maladaptive functional relations in client verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 6, 47-56.
- Glenn, S. S. (1989). Verbal behavior and cultural practices. *Behavior Analysis and Social Action*, 7, 10-15.
- Graumann, C. F., & Kruse, L. (1990). The environment: Social construction and psychological problems. In H. T. Himmelweit, & G. Gaskell (Eds.). *Societal psychology* (pp. 212-229). London: Sage.
- Guerin, B. (1991). Anticipating the consequences of social behavior. *Current Psychology: Research and Reviews*, 10, 131-162.
- Guerin, B. (1992). Social behavior as discriminative stimulus and consequence in social anthropology. *The Behavior Analyst*, 15, 31-41.
- Guerin, B. (in press). Behavior analysis and social psychology. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*.
- Hake, D. R., Donaldson, T., & Hyten, C. (1983). Analysis of stimulus control by social behavioral stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 39, 7-23.
- Hake, D. F., & Olvera, D. (1978). Cooperation, competition, and related social phenomena. In A. C. Catania, & T. A. Brigham (Eds.). *Handbook of applied behavior analysis: Social and instructional processes* (pp. 208-245). New York: Irvington.
- Hake, D. F., Olvera, D., & Bell, J. C. (1975). Switching from competition to sharing or cooperation at large response requirements: Competition requires more responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 24, 343-354.
- Hake, D. F., Vukelich, R., & Olvera, D. (1975). The measurement of sharing and cooperation as equity effects and some relationships between them. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 23, 63-79.
- Hayes, L. J., & Chase, P. N. (Eds.). (1991). *Dialogues on verbal behavior*. Reno, NV: Context Press.
- Hayes, S. C. (Ed.). (1989). *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control*. New York: Plenum Press.
- Hayes, S. C., Zettle, R. D., & Rosenfarb, I. (1989). Rule-following. In S. C. Hayes (Ed.). *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 191-220). New York: Plenum Press.
- Herzlich, C. (1973). *Health and illness: A social psychological analysis*. San Diego, CA: Academic Press.

- Himmelweit, H. T., & Gaskell, G. (Eds.). (1990). *Societal psychology*. London: Sage.
- Hineline, P. N. (1983). When we speak of knowing. *The Behavior Analyst*, 6, 183-186.
- Jodelet, D. (1984). The representation of the body and its transformations. In R. M. Farr, & S. Moscovici (Eds.). *Social representations* (pp. 211-238). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Kitzinger, C. (1987). *The social construction of lesbianism*. London: Sage.
- Lee, V. L. (1984). Some notes on the subject matter of Skinner's Verbal behavior. *Behaviorism*, 12, 29-40.
- Lowe, C. F., & Chadwick, P. D. J. (1990). Verbal control of verbal delusions. *Behavior Therapy*, 21, 461-479.
- MacCorquodale, K. (1969). B. F. Skinner's Verbal behavior: A retrospective appreciation. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 831-841.
- Mace, F. C., & Lalli, J. S. (1991). Linking descriptive and experimental analysis in the treatment of bizarre speech. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24, 553-562.
- Malagodi, E. F., & Jackson, K. (1989). Behavior analysts and cultural analysis: Troubles and issues. *The Behavior Analyst*, 12, 17-33.
- Mander, J. (1980). *Four arguments for the elimination of television*. Brighton, England: Harvester Press.
- Markus, H., & Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds.). *Handbook of social psychology* (Vol. 1, 3rd ed., pp. 137-230). New York: Random House.
- McNeill, D. (1985). So you think gestures are non-verbal? *Psychological Review*, 92, 350-371.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse: Son image, son public* [Psychoanalysis: Its image and its public]. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1972). Society and theory in social psychology. In J. Israel, & H. Tajfel (Eds.). *The context of social psychology: A critical assessment* (pp. 17-68). San Diego, CA: Academic Press.
- Moscovici, S. (1976a). *Social influence and social change*. San Diego, CA: Academic Press.
- Moscovici, S. (1976b). *Society against nature: The emergence of human societies*. Hassocks, England: Harvester Press.
- Moscovici, S. (1980). Toward a theory of conversion behavior. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in experimental social psychology* (pp. 209-239). San Diego, CA: Academic Press.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.). *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). San Diego, CA: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The myth of the lonely paradigm: A rejoinder. *Social Research*, 51, 939-967.
- Moscovici, S. (1985a). Comment on Potter and Litton. *British Journal of Social Psychology*, 24, 91-92.
- Moscovici, S. (1985b). *The age of the crowd: A historical treatise on mass psychology*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1987). Answers and questions. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 17, 513-529.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (1990). The generalized self and mass society. In H. T. Himmelweit, & G. Gaskell (Eds.). *Societal psychology* (pp. 66-91). London: Sage.
- Moscovici, S., & Hewstone, M. (1983). Social representations and social explanations: From the "naive" to the "amateur" scientist. In M. Hew-

- tone (Ed.). *Attribution theory: Social and functional extensions* (pp. 98-125). Oxford, England: Basil Blackwell.
- Moscovici, S., Mugny, G., & Van Avermaet, E. (Eds.). (1985). *Perspectives on minority influence*. New York: Cambridge University Press.
- Mugny, G. (1982). *The power of minorities*. San Diego, CA: Academic Press.
- Mugny, G. (1989). *Social representations of intelligence*. New York: Cambridge University Press.
- Nemeth, C. (1986). Differential contributions of majority and minority influence. *Psychological Review*, 93, 23-32.
- Oah, S., & Dickinson, A. M. (1989). A review of empirical studies of verbal behavior. *The Analysis of Verbal Behavior*, 7, 53-68.
- Olvera, D., & Hake, D. F. (1976). Producing a change from competition to sharing: Effects of large and adjusting response requirements. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 26, 321-333.
- Parsons, H. M. (1989). Lying. *The Analysis of Verbal Behavior*, 7, 43-47.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. London: Hutchinson.
- Sampson, E. E. (1989). The challenge of social change for psychology: Globalization and psychology's theory of the person. *American Psychologist*, 44, 914-921.
- Saussure, F. de. (1983). *Course in general linguistics*. London: Duckworth. (Obra original publicada em 1913).
- Schmitt, D. R. (1987). Interpersonal contingencies: Performance differences and cost-effectiveness. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 48, 221-234.
- Schnaitter, R. (1980). Science and verbal behavior. *Behaviorism*, 8, 153-160.
- Sidman, M. (1960). *Tactics of scientific research*. New York: Basic Books.
- Skinner, B. F. (1948). *Walden two*. New York: Free Press.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Free Press.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1987). What is wrong with daily life in the Western world? *American Psychologist*, 41, 568-574.
- Society for the Experimental Analysis of Behavior. (1987). *Behavior analysis in the community*. Lawrence: University of Kansas, Department of Human Development.
- Spradlin, J. E. (1985). Studying the effects of the audience on verbal behavior. *The Analysis of Verbal Behavior*, 3, 6-10.
- Stafford, M. W., Sundberg, M. L., & Braam, S. J. (1988). A preliminary investigation of the consequences that define the mand and the tact. *The Analysis of Verbal Behavior*, 6, 61-71.
- Thompson, T. (1984). The examining magistrate for nature: A retrospective review of Claude Bernard's An introduction to the study of experimental medicine. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 41, 211-216.
- Torgrud, L. J., & Holborn, S. W. (1990). The effects of verbal performance description on nonverbal operant responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 54, 273-292.
- Vargas, E. A. (1986). Intraverbal behavior. In P. N. Chase, & L. J. Parrott (Eds.). *Psychological aspects of language* (pp. 128-151). Springfield, IL: Charles C. Thomas.
- Vargas, E. A. (1988). Verbally-governed and event-governed behavior. *The Analysis of Verbal Behavior*, 6, 11-22.

- Vaughan, M. E., & Michael, J. L. (1982). Automatic reinforcement: An important but ignored concept. *Behaviorism*, 10, 217-227.
- Vukelich, R., & Hake, D. F. (1980). Basic research in a natural setting: Auditing or social comparison behavior as a function of class rank. *The Psychological Record*, 30, 17-24.
- Vygotsky, L. (1986). *Thought and language*. Cambridge, MA: MIT Press. (Obra original publicada em 1934).
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. Oxford, England: Basil Blackwell.
- Zettle, R. D., & Hayes, S. C. (1986). Dysfunctional control by client verbal behavior: The context of reason-giving. *The Analysis of Verbal Behavior*, 4, 30-38.